
COMITÊ CONSULTIVO PARA ASSUNTOS GOVERNAMENTAIS (GAC): ATAS DE REUNIÃO: Abu Dhabi, 28/10 a 02/11 de 2017

1. MEMBROS E PARTICIPANTES DA REUNIÃO

Oitenta e cinco membros do GAC e doze observadores participaram do encontro.

Atualmente, o GAC conta com 173 membros e 36 observadores.

A lista dos participantes está disponível no **Anexo 1**.

O Comunicado de Abu Dhabi do GAC está no **Anexo 2**.

As apresentações usadas pelos palestrantes durante a reunião e o material de apoio preparado para o GAC pode ser acessado, quando disponível, no [site do GAC](#) em Meetings and Records/ICANN Meeting Agendas ("Reuniões e gravações/Programações de encontros da ICANN"). As transcrições completas de cada sessão estão disponíveis no [site do ICANN60](#).

2. SESSÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E QUESTÕES IMPORTANTES

2a: Solicitações para ponto Amazon e cadeias de caracteres relacionadas

O GAC se reuniu com representantes do Amazon.com, a pedido deles, para falar sobre as solicitações para o ponto Amazon e cadeias de caracteres relacionadas. Vários membros do GAC manifestaram grande preocupação sobre o processo seguido pela empresa, a importância da [ACTO](#) (Amazon Cooperation Treaty Organization, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) como um fórum político legítimo para esse assunto e a possibilidade de um impacto maior, caso as solicitações do Amazon deem certo. Uma declaração divulgada antes da reunião pelo Brasil e Peru está incluída no **Anexo 3**.

Uma proposta de compromisso da empresa¹, usando uma estrutura de compromisso de interesse público, foi destacada como um assunto para maior discussão entre a empresa e os membros da ACTO tendo a Diretoria da ICANN como mediadora.

O GAC também debateu sobre a solicitação da Diretoria² de informações adicionais sobre o atual conselho do GAC sobre essa questão até o final do ICANN61. Em uma reunião presencial com o GAC, a Diretoria indicou que não tomará nenhuma medida sem receber uma resposta do GAC antes, e que a solicitação não sugere nenhuma predisposição para nenhuma medida específica. O GAC concordou em considerar a solicitação da Diretoria de maneira a evitar que qualquer precedente prejudicial seja estabelecido.

¹ A apresentação do Amazon.com pode ser encontrada no [site do GAC](#) em Agendas/ICANN60 GACX Agenda/Agenda Item 12 ("Programações/Programação do GACX ICANN60/Item 12 da programação").

² Resoluções da Diretoria 2017.10.29.02 e 2017.10.29.03 e carta de 29 de outubro de 2017 do presidente da Diretoria para o presidente do GAC.

Pontos de ação

Monitorar acontecimentos na comunidade e informá-los ao GAC (*Secretaria do ACIG*).

Os membros relevantes do GAC manterão o GAC informado sobre as discussões em andamento com o Amazon.com (*membros da ACTO do GAC*).

GAC considerará sua posição sobre se e como responderá à resolução da Diretoria e à carta de 29 de outubro de 2017 (*todos os membros do GAC*).

2b: WHOIS/GDPR

O GAC debateu sobre as implicações nas políticas públicas do GDPR (General Data Protection Regulation, Regulamento de Proteção de Dados Gerais) para a ICANN, incluindo seu impacto maior global nos serviços de WHOIS e como a conformidade deverá ser implementada a fim de manter os Princípios do GAC de 2007 com relação aos Serviços de WHOIS para gTLDs.

Os membros apoiaram a importância do acesso em tempo hábil aos dados precisos de WHOIS para investigações de agências de segurança pública, observando que os Princípios de 2007 têm como objetivo equilibrar os interesses de privacidade e de agências legais fiscalizadoras e que sejam disponibilizados mecanismos na estrutura do GDPR para manter esse equilíbrio. Foi comentado que um processo coordenado para acessos na estrutura da ICANN deve ser entendido como interessante para todas as partes interessadas, inclusive a ICANN, partes contratadas, agências de segurança pública e autoridades de proteção dos dados.

Esses assuntos foram levantados na reunião presencial do GAC com a Diretoria da ICANN, que não respondeu especificamente às preocupações apresentadas com relação às políticas públicas.

A conformidade da ICANN com o GDPR também foi tratada em uma sessão entre comunidades no ICANN60.

Pontos de ação

Revisar as próximas etapas após a chamada agendada entre a Diretoria e o GAC aproximadamente 4 semanas após o Comunicado (*grupo de liderança do GAC*).

Monitorar acontecimentos na comunidade e informá-los ao GAC (*Secretaria do ACIG + equipe de suporte da ICANN*).

2c: Códigos de países/territórios de duas letras no segundo nível

Esse ainda é um assunto que gera preocupação para alguns, mas não todos, membros do GAC. Vários membros demonstraram preocupação com o fato de que as questões apresentadas na Seção 5 do Comunicado de Joanesburgo, inclusive a criação de uma força-tarefa, não foram resolvidas; e que o envolvimento da ICANN deve ser com todo o GAC, e não de maneira bilateral.

Na reunião presencial com a Diretoria, o CEO da ICANN afirmou que foram realizadas discussões com alguns representantes governamentais desde o encontro em Joanesburgo e que a Organização ICANN não poderia encerrar essa questão. No entanto, o foco principal dele continuará sendo o fluxo de informações aprimoradas

entre a Organização ICANN e os membros do GAC em termos de processo, e não essa questão específica.

Ponto de ação

O texto do Comunicado deverá refletir essas discussões e incluir uma solicitação de resposta por escrito da Diretoria (*concluído*).

2d: Nomes de países e territórios no segundo nível

Os membros do GAC observaram a situação atual sobre essa questão, incluindo a necessidade de os governos atualizarem regularmente a lista de países do GAC que exigem a notificação de propostas para usar o nome de país/território deles no segundo nível. Não estava claro se os nomes no segundo nível estariam incluídos nos termos de referência da nova Linha de Trabalho 5 (nomes geográficos) do PDP sobre os Procedimentos Subsequentes de Novos gTLDs.

Ponto de ação

Os membros do GAC analisarão a [lista relevante](#) no site do GAC (*todos os membros interessados do GAC*).

2e: Proteção de nomes e acrônimos de OGI

Os membros do GAC analisaram o andamento do PDP sobre o Acesso de OGI aos Mecanismos de Proteção de Direitos de Reparação e novamente manifestaram preocupação com o fato de que as opiniões das OGI não estavam sendo consideradas adequadamente, de maneira contrária aos procedimentos estabelecidos da GNSO e o Estatuto da ICANN. Foi acordado que a Diretoria deveria ser aconselhada a considerar essas preocupações com os processamentos. Quanto às outras proteções de OGI, que foram o assunto de interesse e conselhos anteriores do GAC, foi observado que aparentemente não houve grandes avanços desde a discussão mediada em Copenhague.

Na reunião presencial com a Diretoria, ela reiterou sua resposta ao Comunicado de Joanesburgo sobre o PDP de Direitos de Reparação, enfatizando que ainda há oportunidades para o GAC e as OGI contribuírem para o relatório final e que há procedimentos regidos pelo Estatuto para lidar com qualquer rejeição pela Diretoria de conselhos do GAC e de recomendações do PDP.

Ponto de ação

As discussões acima deverão ser incluídas no Comunicado do GAC (*concluído*).

2f: Cruz Vermelha/Crescente Vermelho/Cristal Vermelho

O GAC reconheceu o importante progresso feito pelo Grupo de Trabalho de PDP reconvocato sobre a Proteção dos Identificadores de OGI-ONGI em Todos os gTLDs com relação às proteções dos identificadores da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho após os conselhos do GAC incluídos no Comunicado de Copenhague. No entanto, o GAC observou que as proteções dos acrônimos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha ficaram fora do escopo do PDP reconvocato e que não parecem haver oportunidades imediatas para resolver essa questão de acordo com o conselho do GAC incluído no Comunicado de Durban (julho de 2013).

Ponto de ação

As discussões acima deverão ser incluídas no Comunicado do GAC (*concluído*).

2g: Jurisdição da ICANN

O GAC debateu sobre as recomendações do Subgrupo WS2 do CCWG-Responsabilidade sobre Jurisdição no que diz respeito às sanções do OFAC³ e o direito aplicável em contratos. Várias opiniões foram manifestadas. Alguns membros se mostraram preocupados porque as recomendações não se aprofundaram ao ponto de tratar dos problemas atuais e em potencial com a jurisdição dos EUA e da ICANN. Outros membros apoiaram as recomendações e o processo seguido pelo Subgrupo.

Foi acordado que os membros do GAC (e, quando apropriado, o GAC como um todo) continuarão acompanhando o desenvolvimento das recomendações sobre jurisdição do CCWG, tanto pelo Grupo de Trabalho quanto pelo processo de comentários públicos em 2017 e 2018.

Ponto de ação

Avisar o GAC sobre o período de comentários públicos das recomendações do Subgrupo (*concluído*).

2h: Nomes geográficos no primeiro nível

Os membros do GAC participaram de [discussões](#) sobre o PDP de Procedimentos Subsequentes de Novos gTLDs no que diz respeito à [Linha de Trabalho 5](#) desse PDP que abordará a questão de nomes geográficos como TLDs. Isso incluiu Olga Cavalli (Argentina), que foi indicada pelo GAC como colíder dessa Linha de Trabalho. Essas discussões abordaram a elaboração do termo de referência, assuntos operacionais para a Linha de Trabalho e uma troca inicial de opiniões sobre algumas questões de maior importância.

O Grupo de Trabalho do GAC sobre Nomes Geográficos também se reuniu. Veja abaixo.

Ponto de ação

Incentivar os membros do GAC a participar da Linha de Trabalho 5 e a demonstrar interesse em ser formalmente indicados pelos membros do GAC para uma função de coordenação e manter o GAC informado (*grupo de liderança do GAC + Secretária do ACIG*).

2i: Políticas de novos gTLDs

O GAC se reuniu com o PDP sobre Procedimentos Subsequentes de Novos gTLDs e teve uma discussão produtiva sobre o apoio para candidatos e solicitações baseadas na comunidade.

Com relação ao apoio para candidatos, os membros do GAC consideraram que os problemas vão além do Programa de Apoio para Candidatos da ICANN. O baixo número de solicitações de novos gTLDs de algumas regiões podem refletir realidades comerciais e a ausência de uma proposta de valor óbvia, embora o nível de

³ [Estados Unidos] Office of Foreign Assets Control (Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros)

conhecimento geral tenha sido aparentemente baixo. O PDP gostaria de receber feedback sobre os níveis das taxas de solicitação.

Com relação às solicitações baseadas na comunidade, os membros do GAC observaram que elas geralmente representavam o ponto mais baixo de entrada para novos gTLDs e se baseavam em instituições sem fins lucrativos. O GAC concordou que seria importante conversar com o PDP sobre possíveis estruturas de solicitação e revisão para solicitações da comunidade nas rodadas futuras.

Ponto de ação

O GAC fornecerá opiniões continuamente ao PDP sobre esses assuntos (*Reino Unido, Grupo de Trabalho sobre Regiões Menos Favorecidas*).

2j: Mitigação de abusos do DNS

O PSWG (Public Safety Working Group, Grupo de Trabalho sobre Segurança Pública) relatou ao GAC sobre a revisão em andamento da eficiência das proteções de novos gTLDs contra o abuso do DNS e o diálogo com a Organização ICANN sobre a denúncia de abuso e medidas de mitigação. O próximo processo de comentários públicos sobre o Relatório Preliminar da Revisão de CCT é uma oportunidade para os membros do GAC enfatizarem a necessidade de trabalhar ainda mais na avaliação da eficiência das proteções.

Foi acordado que o PSWG atualizaria e enviaria ao GAC uma solicitação de feedback sobre princípios preliminares de alto nível para lidar com abuso do DNS.

Pontos de ação

O GAC considerará uma resposta apropriada sobre assuntos relacionados a abuso do DNS quando a próxima versão do relatório preliminar da Revisão da CCT for emitida para comentários públicos (*todos os membros do GAC*).

PSWG divulgará uma versão atualizada dos princípios de alto nível propostos sobre abuso do DNS ao GAC (*PSWG*).

2k: RPMs (Mecanismos de Proteção de Direitos)

O GAC foi informado sobre assuntos relevantes para o atual [PDP para Revisão de Todos os Mecanismos de Proteção de Direitos em Todos os gTLDs](#), inclusive o Centro de Informações de Marcas, a Política de Resolução Uniforme de Disputas de Nomes de Domínio e o Serviço de Suspensão Rápida Uniforme.

Foi observado que os membros do GAC só terão a ganhar se entrarem em contato com suas autoridades nacionais de propriedade intelectual sobre essas questões, inclusive facilitando a participação deles no atual PDP.

Pontos de ação

Os membros do GAC deverão considerar uma participação mais ativa no atual PDP sobre RPMs (Rights Protection Mechanisms, Mecanismos de Proteção de Direitos), inclusive por meio de agências nacionais especializadas, quando apropriado (*todos os membros do GAC*).

2l: Revisão de CCT (Concorrência, Confiança e Escolha do Consumidor)

O presidente da Equipe de Revisão de CCT (Competition, Consumer Trust and Consumer Choice; Concorrência, Confiança e Escolha do Consumidor) e os membros da equipe informaram o GAC sobre o trabalho da Equipe e o andamento para finalizar suas atividades.

O trabalho da Equipe de Revisão de CCT está disponível em www.cct.wiki.

PONTO DE AÇÃO

Os membros do GAC continuarão monitorando o desenvolvimento do trabalho de revisão (*todos os membros do GAC + Secretaria do ACIG do GAC*).

3. PARTICIPAÇÃO ENTRE COMUNIDADES

3a: Reunião com a Diretoria da ICANN

O GAC se reuniu com a Diretoria da ICANN e debateu sobre os seguintes tópicos:

- Próxima etapas para as solicitações do ponto Amazon e cadeias de caracteres relacionadas: Consulte a seção 2.a, acima.
- Acesso aos dados de WHOIS por interesse público e no contexto do GDPR: Consulte a seção 2.b, acima.
- Códigos de países e territórios de dois caracteres no segundo nível: Consulte a seção 2.c, acima.
- O PDP sobre o Acesso de OIGs aos Mecanismos de Proteção de Direitos de Reparação: Consulte a seção 2.e, acima.
- A decisão da Diretoria de buscar uma “pausa temporária” para a Revisão de Segurança, Estabilidade e Resiliência. Vários membros do GAC manifestaram uma preocupação com essa medida unilateral sobre como deve ser um processo da comunidade. A Diretoria observou que estava respondendo às preocupações da comunidade e que tem deveres de lealdade e supervisão a serem considerados.⁴
- A declaração em conjunto do GAC e do ALAC sobre Como Promover a Participação Inclusiva, Bem Informada e Significativa na ICANN: Consulte a seção 3.d, abaixo.

3b: Reunião com a GNSO (Organização de Apoio a Nomes Genéricos)

O GAC se reuniu com o presidente e membros do [Conselho da GNSO](#) (Generic Names Supporting Organisation, Organização de Apoio a Nomes Genéricos). As principais questões levantadas foram:

- O PDP reconvocato para considerar as proteções para certos Nomes da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho. Foi observado que, embora os acrônimos estejam fora do escopo da solicitação da Diretoria, o assunto poderá ser considerado após a finalização do processo atual.
- PDP sobre o Acesso de OIGs aos Mecanismos de Proteção de Direitos de Reparação: Os membros do GAC observaram as opiniões acordadas anteriormente sobre a função especial das OIGs.

⁴ O presidente do GAC posteriormente participou de uma declaração em conjunto emitida pelos líderes de SOs/ACs sobre essa questão.

- Atualização de PDPs. A necessidade de haver uma participação contínua do GAC foi observada. Isso não significa necessariamente participar de todas as teleconferências, mas sim estar preparado se receber uma notificação com antecedência. A sessão de informações de Registradores foi considerada útil e deve ser ampliada.
- Plano de Implementação do Grupo de Consulta GAC-GNSO. O GAC observou que uma nova versão preliminar foi divulgada e que elaborará uma resposta.
- Representante da GNSO no GAC. O GAC deu as boas-vindas ao novo representante, Julf Helsingius. Os membros do GAC solicitaram a ele um perfil claro por meio da participação em pelo menos algumas sessões do GAC, mantendo o GAC informado e sendo um ponto de contato.
- Eleições para presidente da GNSO. O GAC deu as boas-vindas à Dra. Heather Forrest como presidente do Conselho da GNSO.
- Trabalhar com o GAC e o ALAC sobre Como Promover a Participação Inclusiva, Bem Informada e Significativa na ICANN: Consulte a seção 3.d, abaixo.

Pontos de ação

Reunir-se com o representante da GNSO para falar sobre como maximizar os benefícios da função (*liderança do GAC + Secretaria do ACIG*).

Revisar o Plano de Implementação do Grupo de Consulta GAC-GNSO e elaborar uma resposta acordada do GAC (*liderança do GAC + Secretaria do ACIG*).

3c: Reunião com a ccNSO (Organização de Apoio a Nomes de Domínio com Código de País)

O GAC se reuniu com o presidente e outros membros do Conselho da ccNSO (Country Code Name Supporting Organisation, Organização de Apoio a Nomes de Domínio com Código de País). As principais questões levantadas foram:

- O uso de nomes geográficos como TLDs e as próximas etapas, inclusive as condições para a participação do GAC e da ccNSO na Linha de Trabalho 5 proposta do PDP sobre Procedimentos Subsequentes de Novos gTLDs.
- Uma atualização sobre o PDP da ccNSO sobre um mecanismo de retirada de ccTLDs.
- Trabalhar com o GAC e o ALAC sobre Como Promover a Participação Inclusiva, Bem Informada e Significativa na ICANN: Consulte a seção 3.d, abaixo.

Ponto de ação

Os membros do GAC deverão interagir com o PDP sobre a retirada (*todos os membros do GAC*).

3d: Reunião com o ALAC (Comitê Consultivo At-Large)

O GAC se reuniu com os membros e a liderança do ALAC (At-Large Advisory Committee, Comitê Consultivo At-Large) e concordou em preparar uma declaração conjunta sobre Como Promover a Participação Inclusiva, Bem Informada e Significativa na ICANN. Esse empenho será uma continuidade de trabalhos anteriores do GAC e de outros membros da comunidade iniciados no encontro em Helsinque. A declaração conjunta foi assinada pelos presidentes do GAC e do ALAC, e o GAC concordou em aconselhar a Diretoria da ICANN a instruir a Organização ICANN sobre essa

implementação. Na reunião presencial com a Diretoria, ela observou que havia fornecido uma declaração por escrito sobre essas questões no início do encontro.

Várias opiniões também foram manifestadas sobre:

- O uso de nomes geográficos como TLDs.
- Revisão de políticas para solicitações baseadas na comunidade.

Ponto de ação

O GAC e o ALAC monitorarão a resposta da Diretoria para a declaração conjunta e os conselhos do GAC (*liderança do GAC e do ALAC + equipe*).

3e: Reunião com o NCUC (Grupo Constituinte de Usuários Não Comerciais)

O GAC se reuniu com o NCUC (Non-Commercial Users Constituency, Grupo Constituinte de Usuários Não Comerciais) pela primeira vez, a pedido do grupo, e debateram sobre:

- O trabalho e a abordagem geral a políticas do NCUC.
- A jurisdição da ICANN, incluindo as recomendações do Subgrupo sobre Jurisdição do CCWG-Responsabilidade.
- Nomes geográficos como TLDs.
- Como equilibrar os interesses de privacidade e das agências legais fiscalizadoras nos trabalhos relevantes da ICANN e do GAC.

Ponto de ação

Continuar monitorando as contribuições relevantes da comunidade do NCUC para as políticas públicas e facilitar a interação com o GAC, quando apropriado (*Secretaria do ACIG do GAC*).

3f: Reunião com a equipe de MSSI (Iniciativas Estratégicas e de Múltiplas Partes Interessadas) da ICANN

A equipe de MSSI (Multistakeholder and Strategic Initiatives, Iniciativas Estratégicas e de Múltiplas Partes Interessadas) informou o GAC sobre a situação atual e as expectativas no que diz respeito às revisões específica e organizacional exigidas pelo Estatuto da ICANN. Os problemas que exigem maior atenção foram apresentados, inclusive a seleção dos membros da equipe de revisão, o escopo do trabalho, revisões simultâneas e a necessidade de que todas as partes compreendam as expectativas.

Ponto de ação

Continuar monitorando o desenvolvimento de todas as revisões e garantir que a participação do GAC esteja de acordo com o Estatuto, trabalhando para atingir seus próprios objetivos (*Secretaria do ACIG + equipe + liderança do GAC*).

3g: HLG (Encontro Governamental de Alto Nível) 2018

O governo da Espanha atualizou o GAC sobre os preparativos para o próximo HLG (High Level Governmental Meeting, Encontro Governamental de Alto Nível) que será realizado em Barcelona durante o ICANN63, em outubro de 2018. Os preparativos para

o envio de convites a Ministros e autoridades oficiais e os possíveis tópicos da programação também foram discutidos.

Ponto de ação

GAC entrará em contato com a Organização ICANN e a Espanha para ajudar nos preparativos do HLGGM (*liderança do GAC + Espanha + equipe da ICANN*).

3h: Participação do GAC em CCWGs e PDPs

Os membros do GAC falaram novamente sobre possíveis ações para promover a participação mais eficiente e eficaz do GAC em CCWGs e PDPs, incluindo:

- Incentivar a mentoria de novos participantes por membros mais experientes.
- Fazer a coordenação entre os membros do GAC do mesmo grupo para fazer um rodízio de participação e sinalizar os próximos assuntos de relevância.
- Ampliar as atuais diretrizes do GAC sobre participação nos CCWGs e PDPs.
- Utilizar melhor as sessões entre comunidades nos encontros da ICANN.
- Evitar o “excesso de technicalidades” nos assuntos e reconhecer que é necessário haver um compromisso de tempo dos membros.

Ponto de ação

Desenvolver um documento com opções revisadas para consideração do GAC (*liderança do GAC + Secretaria do ACIG + equipe da ICANN*).

4. APRIMORAMENTO DA RESPONSABILIDADE DA ICANN

4a: Diretrizes para a participação do GAC na Comunidade Empoderada

O GAC concordou em adotar as diretrizes para sua participação na Comunidade Empoderada. Essas diretrizes serão disponibilizadas no site do GAC e revisadas periodicamente tendo como base a experiência prática.

Ponto de ação

Publicar as diretrizes no site do GAC (*equipe da ICANN*).

4b: Grupo de Trabalho Entre Comunidades para o Aprimoramento da Responsabilidade da ICANN

Os membros do GAC participaram da sessão entre comunidades [Feedback da Comunidade sobre a Conclusão da WS2 do CCWG-Responsabilidade](#) e observaram o progresso e o cronograma para a conclusão desse trabalho.

Ponto de ação

Monitorar as oportunidades relevantes para comentários públicos das recomendações preliminares e garantir a contribuição coordenada/individual dos membros do GAC, conforme apropriado (*Secretaria do ACIG + liderança do GAC*).

5. ASSUNTOS INTERNOS DO GAC

5a: Eleições

As eleições para a posição de presidente do GAC pela primeira vez foram realizadas usando um processo on-line.

O resultado foi: Manal Ismail (Egito) 59 votos. Olga Cavalli (Argentina) 50 votos.

A nova presidente assumiu todas as responsabilidades a partir do final desta reunião.

O GAC elegeu como vice-presidentes, por aclamação:

Guo Feng (China)

Ghislain de Salins (França)

Milagros Castañon (Peru)

Chérif Diallo (Senegal)

Pär Brumark (Niue)

O GAC expressou seus sinceros agradecimentos a Thomas Schneider por sua inestimável atuação como presidente do GAC desde 2014. O comitê também agradeceu ao vice-presidente Mark Carvell (Reino Unido), que está deixando o GAC.

5b: BGRI (Grupo de Trabalho sobre a Implementação das Recomendações da Diretoria-GAC)

O BGRI-WG (Board-GAC Review Implementation Working Group, Grupo de Trabalho sobre a Implementação das Recomendações da Diretoria-GAC) e o GAC se reuniram. Uma definição foi adotada sobre o que constitui um conselho do GAC. Ela será disponibilizada no site do GAC. O Grupo concordou com um programa de trabalho continuado voltado para a maneira que a Organização ICANN apoia a Diretoria no acompanhamento e implementação de conselhos do GAC, bem como os cronogramas para considerar os conselhos do GAC.

Ponto de ação

O BGRI continuará o trabalho entre sessões e solicita feedback dos membros do GAC sobre questões levantadas na sessão (*BGRI, membros do GAC*).

5c: Revisão dos Princípios Operacionais do GAC

O GAC debateu sobre opções para revisar sua estrutura de Princípios Operacionais, incluindo a estrutura geral e áreas específicas que não são tratadas atualmente, como divulgação, confidencialidade e orientação para presidentes de Grupos de Trabalho.

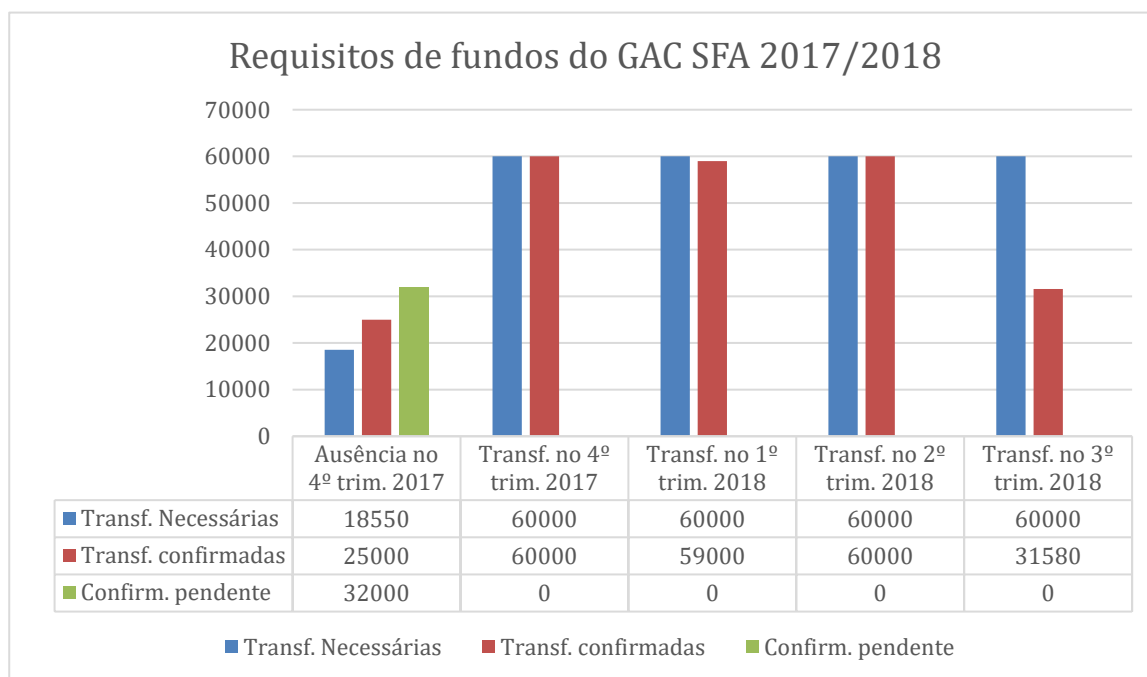
Ponto de ação

Opções para uma revisão abrangente dos Princípios Operacionais serão identificadas para consideração do GAC (*grupo de liderança do GAC + equipe da ICANN*).

5d: Secretaria do GAC independente

O GAC foi informado que um novo contrato foi finalizado entre a ICANN e o ACIG prorrogando os serviços da secretaria independente para o GAC até o final de 2018. No entanto, uma pequena insuficiência de fundos fez com que o ACIG considerasse concluir seus serviços em 30 de novembro de 2017.

Novos compromissos para os fundos foram assumidos pelos membros do GAC até o final do encontro da seguinte maneira:



Fundos para 2017:

2017 → ausência de 18'550 nos fundos; compromisso confirmado de 10'000€ de Lux que será pago no 4º trim. 2017 + 10K€ NO e 5K€ DK (excesso de 6'450€ será colocado na reserva)

Fundos para 2018: visão geral de compromissos de transferência confirmados

- Transferências no 4º trim. de 2017 (pag. no 1º trim. de 2018): 10K€ Áustria + 25K€ Brasil (CGI.br) + 50K€ NL (pag. em janeiro de 2018 / 25K€ em excesso serão colocados no 1º trim.)
- Transferências no 1º trim. de 2018 (pag. no 2º trim. de 2018): 9K€ Rep. Tcheca + 10K€ Lux + 150K SEK⁵ SWE + 25K€ NL (do excesso no 4º trim.)
- Transferências no 2º trim. de 2018 (pag. no 3º trim. de 2018): 50K€ EU + 25KCHF Suíça (21'580€) (11'580 em excesso de 60K€ serão colocados no 3º trim.)
- Transferências no 3º trim. de 2018 (pag. no 4º trim. de 2018): 11'580€ Suíça (do excesso no 2º trim.) + 20K€ Austrália (AuDA)

⁵ A SWE se compromete em contribuir com 150'000 SEK. O valor resultante em Euros dependerá da taxa de câmbio aplicável. A partir de 27 de outubro de 2017, 150K SEK serão equivalentes a aproximadamente 15'420€

Os membros do GAC concordaram em continuar se empenhando para ampliar o número de países que farão contribuições para 2018 e 2019. A continuação dos serviços do ACIG além de 30 de novembro de 2017 será tratada em mais detalhes com o presidente do GAC.

Ponto de ação

Os membros do GAC deverão revisar novamente as solicitações do presidente de possíveis contribuições para possibilitar a continuidade da secretaria independente em 2018 e além de maneira sustentável (*presidente do GAC + Suíça*).

5e: Site do GAC

O GAC foi informado pelo suporte da ICANN para o GAC e a equipe técnica sobre a transição para o novo site do GAC que deverá ser concluída até o ICANN61. Várias sugestões de aprimoramento no acesso, layout e conteúdo foram implementadas.

Pontos de ação

Continuar o desenvolvimento do site (*suporte da ICANN e equipe técnica*).

Continuar aceitando o feedback dos usuários (*todos os membros do GAC*).

5f: Processos Operacionais do GAC

O GAC foi informado pela equipe da ICANN sobre os atuais e possíveis futuros serviços fornecidos ao GAC pela Organização ICANN e foi solicitado feedback para continuar esse trabalho entre as sessões. Isso inclui suporte geral para os membros e o grupo de liderança, a geração de registros, o orçamento da ICANN e planejamento de reuniões.

Ponto de ação

A equipe continuará a interação com o GAC nas propostas de atualização e aprimoramento do suporte (*equipe de suporte da ICANN para o GAC*).

6. GRUPOS DE TRABALHO DO GAC

Os Grupos de Trabalho do GAC fizeram as seguintes atualizações

O **PSWG (Public Safety Working Group, Grupo de Trabalho sobre Segurança Pública) do GAC** agradeceu a Alice Munyua, que deixou sua função de copresidente do PSWG, por sua valiosa contribuição na criação e desenvolvimento do PSWG.

Com relação ao WHOIS/RDS, o PSWG destacou a importância de manter o acesso para agências de segurança pública e outros usuários com finalidades legítimas, inclusive o público geral. O PSWG contribuirá para o desenvolvimento de soluções práticas em conformidade com as leis aplicáveis, para serem consideradas pelo GAC.

O PSWG fará a avaliação e aprimoramento da eficiência das proteções contra abusos do DNS, inclusive por meio de possíveis comentários do GAC sobre as novas seções do relatório preliminar da Equipe de Revisão de Concorrência, Confiança e Escolha do Consumidor (CCT) e contribuições para o desenvolvimento da função de diretor de Proteções ao Consumidor na ICANN.

O PSWG continuará trabalhando no desenvolvimento da sua estratégia futura e plano de trabalho, bem como critérios gerais para a seleção de membros da liderança, para o possível endossamento do GAC no ICANN61.

Grupo de Trabalho do GAC para Examinar a Proteção de Nomes Geográficos em Futuras Expansões de gTLDs: o Grupo de Trabalho se reuniu e analisou as maneiras para o grupo e o GAC participarem da nova “Linha de Trabalho 5” sobre nomes geográficos do Grupo de Trabalho do PDP sobre Procedimentos Subsequentes de Novos gTLDs.

O Grupo de Trabalho decidiu pedir que a liderança do Grupo de Trabalho identificasse um pequeno grupo de colegas do GAC para participar da Linha de Trabalho 5 e organizasse o trabalho desse grupo; além de continuar seu trabalho conforme estabelecido atualmente e servisse como um espaço para analisar o desenvolvimento das atividades da Linha de Trabalho 5.

Um resumo das duas sessões abertas sobre nomes geográficos como TLDs organizado pela GNSO durante o ICANN59, em Joanesburgo, foi distribuído.

Grupo de Trabalho do GAC sobre Regiões Menos Favorecidas: o USR WG (Working Group on Under-Served Regions, Grupo de Trabalho sobre Regiões Menos Favorecidas) realizou seu 4º workshop regional de capacitação do ano durante o ICANN60.

O WG apresentou um cronograma dos seus próximos workshops de capacitação:

1. Nepal, fevereiro de 2018
2. Porto Rico, março de 2018
3. Senegal, abril de 2018
4. Panamá, junho de 2018

O USR WG continua realizando uma pesquisa antes dos workshops para determinar as necessidades dos participantes e desenvolver uma programação e abordagem voltadas para a demanda. Além disso, um workshop é ministrado após a pesquisa para avaliar os workshops a fim de informar e melhorar as abordagens futuras.

Como parte do trabalho de capacitação e divulgação com as equipes de GE (Government Engagement, Participação de Governos) e GSE (Global Stakeholder Engagement, Participação Global de Partes Interessadas) da ICANN, o USR WG fornecerá suporte por meio de documentos de resumo com os detalhes sobre as diversas linhas de trabalho, PDPs (Policy Development Processes, Processos de Desenvolvimento de Políticas), CCWGs (Cross-Community Working Groups, Grupos de Trabalho Entre Comunidades) e as atividades realizadas na ICANN para ajudar os membros do GAC de regiões menos favorecidas com uma participação e envolvimento eficazes.

Além disso, o USR WG debateu sobre os seguintes documentos para endossamento do GAC:

1. Estrutura de Avaliação de Capacitação;
2. Modelos para o Planejamento e Geração de Relatórios de Workshops de Capacitação;
3. As Perguntas Frequentes sobre delegação e redelegação de ccTLDs.

O USR WG indicou uma nova copresidente, Shelley-Ann Clarke Hinds, de Trinidad e Tobago.

O USR WG convocou voluntários para participar ativamente das linhas de trabalho de PDPs e CCWGs que estão em andamento, que são:

- O novo PDP sobre Procedimentos Subsequentes de Novos gTLDs, especificamente a Linha de Trabalho 1, que lida com o "apoio a solicitantes de países em desenvolvimento";
- O trabalho de Revisão de Concorrência, Confiança e Escolha do Consumidor no que diz respeito aos assuntos de interesse para países em desenvolvimento;
- O CCWG sobre Rendimentos de Leilões de Novos gTLDs;
- O subgrupo sobre diversidade da Linha de Trabalho 2 do CCWG-Responsabilidade.

O USR WG apresentou ao GAC uma atualização sobre o programa de Integração. Ele foi criado para facilitar a orientação de iniciantes como parte de um esforço mais amplo para reduzir as barreiras de participação.

O USR WG começará a trabalhar com a Equipe de Suporte do GAC a fim de preparar respostas do GAC a um questionário fornecido pela Organização ICANN para ajudar a informar uma futura consulta com a comunidade relacionada às diretrizes do auxílio viagem da Comunidade da ICANN.

O **Grupo de Trabalho do GAC sobre Direitos Humanos e Direito Internacional** recebeu uma atualização do Subgrupo de Direitos Humanos do Grupo de Trabalho Entre Comunidades de Responsabilidade sobre o andamento da elaboração de uma Foi (Framework of Interpretation, Estrutura de Interpretação) e considerações relacionadas ao Valor Central de Direitos Humanos incluídos no Estatuto da ICANN, incluindo referências aos Princípios Norteadores sobre Empresas e Direitos Humanos. Foi realizada uma troca de informações sobre o trabalho de implementação da Foi com a CCWP-HR (Cross-Community Working Party on Human Rights, Equipe de Trabalho Entre Comunidades sobre Direitos Humanos) da ICANN, um grupo dedicado à responsabilidade corporativa e social da ICANN de respeitar os direitos humanos. O vice-presidente sênior da ICANN também forneceu informações sobre estratégias relacionadas a ações sendo realizadas pela Organização ICANN para implementar a estrutura nas suas operações e atividades.

ADMINISTRAÇÃO DO DOCUMENTO

Título	Atas do GAC de Abu Dhabi out-nov 2017
Documento do GAC n°	n/d
Distribuição	Membros do GAC + publicação no site
Data de distribuição	Versão 1.0 – 17 de novembro de 2017
Reunião relacionada e item da pauta	ICANN60

ANEXO 1: Participantes do GAC, Abu Dhabi 28/10 a 02/11 de 2017

Membros do GAC		
África do Sul	Guiné, República da	Países Baixos
Alemanha	Guiana	Palestina
Argentina		Paquistão
Austrália	Haiti	Peru
Áustria	Hungria	Portugal
Azerbaijão		
	Ilhas Cook	Quênia
Bahrein	Índia	
Bélgica	Indonésia	Reino Unido
Brasil	Irã	República Centro-Africana
Burundi	Itália	República Dominicana
		República Tcheca
Camboja	Jamaica	Romênia
Canadá	Japão	Ruanda
China		
Cingapura	Kiribati	São Cristóvão e Névis
Colômbia	Kuwait	São Tomé e Príncipe
Comissão da União Africana		Senegal
Comissão Europeia	Luxemburgo	Suazilândia
Comores		Suécia
Congo, República Democrática do	Macedônia	Suíça
Congo, República do	Madagascar	
Coreia	Malásia	Tailândia
Costa do Marfim	Mali	Taipé Chinesa
	Marrocos	Tokelau
Dinamarca	México	Trinidad e Tobago
		Tunísia
Egito	Nauru	Tuvalu
Espanha	Nepal	
Estados Unidos	Nigéria	Ucrânia
	Niue	Uganda
Federação Russa	Noruega	
Fiji	Nova Zelândia	Vaticano
Finlândia		Vietnã
França		
		Zimbábue
Observadores do GAC		
CTU (Caribbean Telecommunications Union, União de Telecomunicações do Caribe)	UIT (União Internacional de Telecomunicações)	OIF (Organisation Internationale de la Francophonie, Organização Internacional da Francofonia)

CTO (Commonwealth Telecommunications Organisation, Organização de Telecomunicações da Commonwealth)	INTERPOL (International Criminal Police Organisation, Organização Internacional de Polícia Criminal)	WATRA (West African Telecommunications Regulators Assembly, Fórum de Reguladores de Telecomunicações da África Ocidental)
Conselho Europeu	Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	OMPI (World Intellectual Property Organization, Organização Mundial da Propriedade Intelectual)
CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central)	OIC (Organization for Islamic Cooperation, Organização de Cooperação Islâmica)	OECD (Organization for Economic Cooperation and Development, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)

ANEXO 2: Comunicado do GAC de Abu Dhabi

O Comunicado de Abu Dhabi pode ser encontrado no [site do GAC](#).

ANEXO 3: Declaração divulgada pelo Brasil e Peru ao GAC antes do ICANN60

Com base no Artigo 12, Seção 12.2(a)(i), (ix) e (x) do Estatuto, o GAC (Governmental Advisory Committee, Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais) envia à Diretoria o seguinte comentário e conselho sobre a declaração do IRP (Independent Review Panel, Painel de Revisão Independente) de 10 de julho de 2017.

I. Comentários gerais

1. Em 10 de julho de 2017, o IRP recomendou que a Diretoria revisasse a decisão do NGPC (New gTLD Program Committee, Comitê do Programa de Novos gTLDs) da ICANN de 14 de maio de 2014, que negou a solicitação da Amazon EU S.a.r.l. ("Amazon") de liberação e delegação dos nomes de domínio de primeiro nível .amazon e seus IDNs equivalentes em caracteres chineses e japoneses. Em particular, o IRP recomendou que, ao reavaliar a solicitação negada pela decisão de 2014 do NGPC, "a Diretoria deve fazer um julgamento objetivo e independente sobre se realmente há motivos baseados em políticas públicas com fundamentos e méritos para negar [a] solicitação [em questão]". O IRP baseou sua recomendação no argumento de que a decisão do NGPC de 14 de maio de 2014 foi baseada principalmente em um conselho consensual do GAC e que ela não oferecia uma justificativa para sua decisão, além de se basear no conselho consensual do GAC.

2. Com relação a isso, o GAC observa que o Manual do Solicitante de 2012 autoriza a Diretoria a rejeitar uma solicitação para o Programa de Novos gTLDs com base em um conselho consensual do GAC que faça objeção à solicitação. De fato, o Manual do Solicitante de 2012 declara que um conselho consensual do GAC que faça objeção a solicitações de novos gTLDs "demonstrará de forma concreta à diretoria da ICANN que a solicitação não deve ser aprovada". Em seguida, o Manual do Solicitante de 2012 explica imediatamente o significado da parte que um conselho consensual do GAC "demonstrará de forma concreta": "Se a Diretoria **não** agir de acordo com esse tipo de conselho, ela deverá apresentar uma justificativa para isso".

3. O Manual do Solicitante de 2012 estabelece claramente que, se houver um conselho consensual do GAC fazendo uma objeção a uma solicitação conforme o Programa de Novos gTLDs, existem duas normas diferentes aplicáveis às decisões da Diretoria, que dependerão da aceitação ou não de uma solicitação pela Diretoria. Uma decisão de aceitar uma solicitação, contrária a um conselho consensual do GAC, precisa ser justificada pela Diretoria para que não viole o Manual do Solicitante de 2012 e as políticas e regras estabelecidas nele. No entanto, uma decisão de rejeitar uma solicitação estará em conformidade com o Manual do Solicitante de 2012, se ela for apoiada por um conselho consensual do GAC.

4. Na realidade, a opinião de 10 de julho de 2017 do IRP, de acordo com a qual, apesar do conselho consensual do GAC apoiar a decisão de 2014 do NGPC, a Diretoria deveria ter apresentado motivos para a decisão de 2014 do NGPC de seguir o conselho consensual do GAC, é claramente contraditória às políticas e regras estabelecidas no Manual do Solicitante de 2012. A opinião do IRP anula efetivamente a função atribuída ao GAC no Manual do Solicitante de 2012, uma vez que recomenda que a Diretoria aja, com relação a uma solicitação de novos gTLDs que foi objetada por um conselho consensual do GAC, da mesma maneira que a Diretoria deveria agir se não houvesse nenhum conselho consensual do GAC.

5. Além disso, a recomendação do IRP de que "a Diretoria deve fazer um julgamento objetivo e independente sobre se realmente há motivos baseados em políticas públicas com fundamentos e méritos para negar [a] solicitação [em questão]" também é contrária às políticas e regras estabelecidas no Manual do Solicitante de 2012. O Manual do Solicitante de 2012 permite que o GAC se oponha a solicitações de acordo com o Programa de Novos gTLDs "que são identificadas por governos como problemáticas, ou seja, que possam violar leis nacionais ou resultem em aspectos delicados". O Manual do Solicitante de 2012 explica que

"o GAC indicou que as cadeias de caracteres que podem resultar em aspectos delicados incluem as que 'pretendem representar ou que simbolizam um grupo particular de pessoas ou interesses baseados em componentes históricos, culturais ou sociais de identidade, como nacionalidade, raça ou etnia, religião, crença, cultura ou grupo ou origem social particular, opinião política, pertencer a uma minoria nacional, pessoas com necessidades especiais, idade e/ou um idioma ou grupo linguístico (entre outros)' e "as cadeias de caracteres que se referem a determinados setores, como os que estão sujeitos a regulamentos nacionais (como .bank, .pharmacy)" ou as que descrevem ou são voltadas para uma população ou setor vulnerável a fraudes ou abusos on-line."

6. Claramente, o Manual do Solicitante de 2012 autoriza expressamente que o GAC se oponha às solicitações de novos gTLDs, por meio de um conselho consensual, baseado em uma avaliação que pode ser feita apenas por governos, a saber, a avaliação dos aspectos que os governos consideram delicados. Além disso, o Manual do Solicitante de 2012 autoriza a Diretoria a se basear em um conselho consensual do GAC baseado nessa avaliação para rejeitar uma solicitação de novos gTLDs. Sendo assim, é possível compreender facilmente por que o Manual do Solicitante de 2012 exige apenas que a Diretoria forneça justificativas adicionais e independentes para decisões que NÃO seguem um conselho consensual do GAC, porque a Diretoria não pode confirmar nem contrariar a opinião consensual do GAC sobre se uma solicitação de novos gTLDs resulta em aspectos delicados ou não para os governos.

7. É importante lembrar que um conselho consensual do GAC que se opõe a solicitações específicas de novos gTLDs reflete a oposição do GAC, e não apenas a oposição de um ou alguns governos. De acordo com o Manual do Solicitante de 2012, a oposição de governos, individualmente, pode impedir solicitações de acordo com o Programa de Novos gTLDs, no que diz respeito a certas categorias de nomes com uma definição restrita. No entanto, a oposição de governos a solicitações de novos gTLDs "que são identificadas por governos como problemáticas, ou seja, que possam violar leis nacionais ou resultem em aspectos delicados" constitui um impedimento efetivo para essas solicitações apenas no caso em que essa oposição é expressa pelo GAC como um conselho consensual. Assim, existe um limite extremamente alto a ser atingido para que uma oposição do GAC seja efetiva. [Mais de 1.900 solicitações de novos gTLDs já foram apresentadas e menos de 20 delas foram tratadas por conselhos do GAC]. É nesse contexto que o Manual do Solicitante de 2012 estabeleceu as políticas e as regras que regem o processo de solicitações para novos gTLDs abordadas por um conselho consensual do GAC: a Diretoria não precisa sempre seguir um conselho consensual do GAC, mas, nesse caso, a Diretoria deve fornecer motivos para agir de maneira contrária ao conselho consensual do GAC; no entanto, novamente, a Diretoria não precisa julgar o motivo pelo qual o GAC considera uma solicitação problemática do ponto de vista dos governos, nem está em posição para isso, caso ela decida seguir o conselho consensual do GAC.

8. Por fim, a recomendação do IRP de que a Diretoria deve apresentar seus próprios "motivos baseados em políticas públicas" para negar uma solicitação de novos gTLDs, independentemente e em acréscimo a um conselho consensual do GAC contrário à solicitação, constitui um ataque direto ao modelo de múltiplas partes interessadas de governança em que está baseada a ICANN. Em particular, a recomendação do IRP contraria o princípio fundamental de que a governança da Internet deve ser baseada na participação de todas as partes interessadas em suas respectivas funções e responsabilidades e que esses problemas de política pública que podem justificar um conselho consensual do GAC estão vinculados à autoridade exclusiva dos governos (consulte o parágrafo 35 da Agenda de Túnis). O princípio é incorporado expressamente no Estatuto da ICANN, que reconhece "que os governos e as autoridades públicas são responsáveis pelas políticas públicas". Sendo assim, a recomendação do IRP de que, para agir de acordo com o conselho consensual do GAC, a Diretoria precisaria fazer uma avaliação independente dos "motivos baseados em políticas públicas" que corroboram sua decisão, anula efetivamente a função e a responsabilidade dos governos no modelo de governança de múltiplas partes interessadas da ICANN.

9. É importante destacar que os membros do IRP parecem ter se baseado principalmente em dois documentos específicos, a saber, o "alerta precoce" emitido pelo Brasil e Peru, por um lado, e o conselho consensual do GAC, por outro. Parece que o painel ignorou que, enquanto isso, várias etapas foram devidamente executadas, não apenas pela Amazon, mas também pelos governos interessados, com o objetivo de traçar o caminho para o envio de uma versão preliminar de um conselho consensual do GAC sobre o assunto. Elas incluíram, entre outra, uma reunião presencial entre representantes da Amazon em Brasília, no lugar da ACTO (Amazon Cooperation Treaty Organization, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), em março de 2013, onde cada parte apresentou diferentes propostas, mas nenhuma decisão foi tomada. Todas as iniciativas tomadas pelos países interessados foram comunicadas ao GAC para apoiar a solicitação de um conselho consensual do GAC. É importante lembrar que, nesse contexto, o relatório do Objeto Independente também estava disponível naquele momento. Portanto, após deliberar sobre a questão, o GAC se baseou não apenas no conteúdo do "alerta precoce", mas principalmente em um conjunto mais amplo de informações.

10. Resumindo, a recomendação do IRP de 10 de julho de 2017 não deve ser seguida. Nesse sentido, o GAC observa que a recomendação do IRP não constitui uma decisão vinculante para a Diretoria, de acordo com o Artigo IV, Seção 3.11 do Estatuto (aditada em julho de 2014 e aplicada na decisão de 2014 do NGPC).

II. Conselhos consensuais do GAC

1. Considerando que o Manual do Solicitante de 2012 representa as regras mais específicas que regem o Programa de Novos gTLDs, e para o qual foi especialmente elaborado, e que ele resultou de negociações que envolveram todas as partes interessadas, e que ele estabelece políticas e regras acordadas levando em consideração as opiniões de todas as partes interessadas;

2. Considerando que o Manual do Solicitante de 2012 estabelece, para fins de delegação de cadeias de caracteres de acordo com o Programa de Novos gTLDs, que os conselhos do GAC contra uma solicitação de novos gTLDs "demonstrará de forma concreta à Diretoria da ICANN que a solicitação não deve ser aprovada", e que a Diretoria precisa apresentar os motivos, caso decida NÃO seguir um conselho do GAC;

3. Considerando que o Manual do Solicitante de 2012 reconhece que o processo para conselhos do GAC sobre novos gTLDs tem como objetivo tratar de solicitações "que são identificadas por governos como problemáticas, ou seja, que possam violar leis nacionais ou resultem em aspectos delicados" (consulte o segundo parágrafo do Módulo 3.1, Manual do Solicitante de 2012);

4. Considerando que o Estatuto da ICANN, conforme aplicável à decisão de 2014 do NGPC, reconhece que "os governos e as autoridades públicas são responsáveis pelas políticas públicas" (Artigo I, Seção 2.11, Estatuto, adotado em julho de 2014);

5. Considerando que o Manual do Solicitante de 2012 autoriza a Diretoria a rejeitar uma solicitação de delegação de cadeias de caracteres de acordo com o Programa de Novos gTLDs, (i) por julgar a aplicação por seus próprios méritos ou (ii) baseando-se em um conselho do GAC para rejeitar a solicitação;

6. Considerando que o GAC apresentou um conselho consensual para rejeitar a delegação da cadeia de caracteres rejeitada pela decisão do NGPC de 2014 devido aos aspectos delicados levantados por ela entre os governos;

7. Considerando que o conselho consensual do GAC mencionado anteriormente resultou de um processo desenvolvido de acordo com as disposições relevantes do Manual do Solicitante de 2012 e que inclui uma reunião presencial entre todas as partes interessadas:

- a. O GAC aconselha a Diretoria a não seguir a recomendação de 10 de julho de 2017 do IRP.
- b. O GAC também aconselha a Diretoria a não executar mais nenhuma ação relacionada à solicitação de delegação de cadeia de caracteres rejeitada na decisão de 14 de maio de 2014 do NGPC.

Justificativa: TEXTO PENDENTE